

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

Chegou ao conhecimento deste Grupo Parlamentar a necessidade de atendimento presencial para obtenção de cartão de cidadão de recém-nascido, em local de atendimento do IRN ou nas lojas do cidadão.

É, portanto, necessário deslocar o recém-nascido a um local de elevada afluência ao público logo nos primeiros dias de vida. Este procedimento, desaconselhável numa situação normal, no período pandémico que atravessamos é susceptível de pôr em perigo a saúde do recém-nascido, da sua mãe ou de quem o acompanhe.

O encerramento dos espaços “nascer cidadão”, que permitiam aos pais efetuar o registo do recém-nascido e o pedido de emissão de cartão de cidadão dentro da maternidade, motivou a criação do registo online de nascimentos, mas não permitiu, até à presente data, o pedido online de emissão de cartão de cidadão. Desconhecem-se e são ininteligíveis as razões para que isso aconteça.

Por outro lado, foi-nos dada a conhecer a dificuldade de agendamento para atendimento presencial. Os serviços do IRN não conseguem agendar os atendimentos dentro dos 20 dias seguintes ao nascimento, o que obriga ao pagamento do dobro do previsto para os pedidos de emissão de cartão de cidadão dentro desses 20 dias.

Não se compreende a diferença de procedimento para o registo de nascimento e para a emissão de cartão de cidadão, a que acresce a perplexidade de por um lado se desincentivarem as deslocações desnecessárias de forma a evitar contágios, e por outro se obrigue os mais vulneráveis a deslocarem-se.

*Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através da Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública, as seguintes perguntas:*

1 – Tem o Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública conhecimento desta situação?

2 – Está disposto o Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública a tomar as medidas necessárias junto do IRN que permitam a realização de um pedido não presencial para emissão do cartão de cidadão?

3 – Que acções vão ser tomadas pelo Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública para que em situações similares se promova a uma desmaterialização e uniformização de procedimentos e se evitem deslocações dos cidadãos a espaços de grande afluência ao público?

Palácio de São Bento, 10 de setembro de 2020

Deputado(a)s

SANDRA CUNHA(BE)